



CADERNO DE INDICADORES

5º RELATÓRIO DE GESTÃO
MAPA ESTRATÉGICO DA
Indústria

5º RELATÓRIO DE GESTÃO

CADERNO DE INDICADORES

**MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA
2007 - 2015**

Brasília, março de 2010.

Sumário

Introdução	5	10. Oferta Interna de Energia	48
Quadro de Acompanhamento das Metas	6	11. Investimento em Infraestrutura dos Transportes em proporção do PIB	52
Análise dos Indicadores		12. Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto	56
1. PIB	12	13. Investimento Privado em Inovação em proporção do PIB	60
2. PIB Industrial	16	14. PISA	64
3. Produtividade na Indústria	20	15. Domicílios com acesso à internet	68
4. Taxa de Desemprego	24	16. Renda per capita, ajustada pela paridade do poder de compra	72
5. Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção do PIB	28	17. Índice de GINI	76
6. Crédito em proporção do PIB	32	18. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	80
7. <i>Spread</i> Bancário	36		
8. Taxa Real de Juros	40		
9. Carga Tributária	44		

Introdução

O Caderno de Indicadores apresenta a evolução e análise dos 18 principais indicadores de acompanhamento do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015.

Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2007	2010	Situação Atual Fev. de 2010	Situação em Out. de 2009	Situação em set. de 2008
Crescimento do PIB	Contas Nacionais/IBGE	5,7% (2004) 3,2% (2005) 4,0% (2006) 6,1% (2007) 0,0% (2009)* 5,5% (2010)* *Estimativa CNI	Crescimento de 5,5% a.a (Taxa média até 2010)		distante da meta ↑	distanciando da meta ↓	convergindo para a meta ↑
Crescimento do PIB Industrial	Contas Nacionais/IBGE	7,9% (2004) 2,1% (2005) 2,3% (2006) 5,2% (2007) 4,4% (2008) -4,5% (2009)* 7,0% (2010)* *Estimativa CNI	Crescimento de 7% a.a (taxa média até 2010)		distante da meta ↑	distanciando da meta ↓	convergindo para a meta ↑

LEGENDA: ● Atingiu a meta ↑ Convergindo para a meta ↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 ↓ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta ↓ Distanciando da meta

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2007	2010	Situação Atual Fev. de 2010	Situação em Out. de 2009	Situação em set. de 2008
Índice de Produtividade da Indústria	PIM-PF/IBGE e CNI	3,4% (2004) -0,4% (2005) 2,4% (2006) 2,3% (2007) -1,7% (2008) 0,2% (2009)	Crescer 4%a.a	Crescer 3,5%a.a	distante da meta ↓	distanciando da meta ↓	distante da meta ↓
Taxa de Desemprego	PNAD/IBGE	8,9% (2004) 9,3% (2005) 8,4% (2006) 8,2% (2007) 7,9% (2008) 8,1% (2009)	9,0%	7,0%	convergindo para a meta ↑	distanciando da meta ↓	atingiu a meta de 2007 ●
Total de Exportações de Bens e Serviços / PIB	Contas Nacionais/IBGE	16,4% (2004) 15,1% (2005) 14,4% (2006) 13,7% (2007) 14,3% (2008) 12,6% (2009)* 13,3% (2010)* *Estimativa CNI	22%	20%	distante da meta ↓	distanciando da meta ↓	distanciando da meta ↓

continua

Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2007	2010	Situação Atual Fev. de 2010	Situação em Out. de 2009	Situação em set. de 2008
Crédito / PIB	Banco Central	24,5% (2004) 28,1% (2005) 30,2% (2006) 33,4% (2007) 39,7% (2008) 45,0% (2009)	Alcançar 50% (até 2010)		convergingo para a meta	atingiu a meta de 2010	convergingo para a meta
<i>Spread</i> Bancário	Banco Central	26,8% (2004) 28,6% (2005) 27,2% (2006) 22,3% (2007) 30,7% (2008) 24,3% (2009)	Alcançar 20%(até 2010)		distante da meta	convergingo para a meta	convergingo para a meta
Taxas Real de Juros (Selic/ IPCA)	Banco Central	11,5% (2005) 10,7% (2006) 7,2% (2007) 6,2% (2008) 5,0% (2009)* *Estimativa CNI	Alcançar 5% (até 2010)		atingiu a meta de 2010	atingiu a meta de 2010	convergingo para a meta

LEGENDA: Atingiu a meta Convergingo para a meta Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta Distanciando da meta

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2007	2010	Situação Atual Fev. de 2010	Situação em Out. de 2009	Situação em set. de 2008
Carga Tributária	Receita Federal	32,2% (2004) 33,3% (2005) 33,6% (2006) 34,7% (2007) 35,8% (2008) 35,2% (2009)* *Estimativa CNI	33%	33%	distante da meta ↓	distanciando da meta ↓	distanciando da meta ↓
Oferta Interna de Energia	Empresa de Planejamento Energético – EPE	5,8% (2004) 2,3% (2005) 3,5% (2006) 5,4% (2007) 5,9% (2008)	Crescimento médio de 7% a.a Período até 2010		convergindo para a meta ↑	distante da meta ↓	distante da meta ↑
Investimento em Infra-estrutura dos transportes / PIB	Ministério dos Transportes	0,05% (2003) 0,11% (2004) 0,13% (2005) 0,19% (2006) 0,22% (2007) 0,21% (2008) 0,31% (2009)* *Estimativa CNI	0,45%	0,50%	distante da meta ↑	distante da meta ↓	distante da meta ↑

continua

Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2007	2010	Situação Atual Fev. de 2010	Situação em Out. de 2009	Situação em set. de 2008
Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto	PNAD/IBGE	48,8% (2004) 48,2% (2005) 48,5% (2006) 51,1% (2007) 52,5% (2008)	52%	60%	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑	atingiu a meta de 2007 ●
Investimento Privado em Inovação / PIB	MCT	0,35% (2004) 0,49% (2005) 0,50% (2006) 0,52% (2007) 0,52% (2008)	0,6%	0,8%	distante da meta ↑	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑
Pisa	OECD	368 (2001) 383 (2003) 390 (2006)	Alcançar nota 486 (Espanha em 2001) até 2015		distante da meta ↑	distante da meta ↑	distante da meta ↑
Domicílios com acesso a Internet	PNAD/IBGE	12,2% (2004) 13,7% (2005) 16,9% (2006) 20,2% (2007) 23,8% (2008)	18%	25%	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑	atingiu a meta de 2007 ●

LEGENDA: ● Atingiu a meta ↑ Convergindo para a meta ↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 ↓ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta ↓ Distanciando da meta

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2007	2010	Situação Atual Fev. de 2010	Situação em Out. de 2009	Situação em set. de 2008
Renda per capita em US\$ constantes - paridade de poder de compra (PPP)	FMI	8.231 (2004) 8.603 (2005) 9.086 (2006)* 9.703 (2007)* 10.298 (2008)* 10.690 (2009)* 11.184 (2010)* *Estimativa FMI	Alcançar 12.000 PPP até 2015		convergingo para a meta ↑	convergingo para a meta ↑	convergingo para a meta ↑
GINI	PNAD/IBGE	0,535 (2004) 0,532 (2005) 0,528(2006) 0,521 (2007) 0,515 (2008)	0,54	0,5	convergingo para a meta ↑	atingiu a meta ●	atingiu a meta ●
IDH	PNUD	0,790 (2004) 0,800 (2005) 0,808 (2006) 0,813 (2007)	0,80	0,83	convergingo para a meta ↑	atingiu a meta ●	atingiu a meta ●

1. PIB

Descrição:

Variação percentual anual do Produto Interno Bruto do País

Fonte:

Contas Nacionais / IBGE

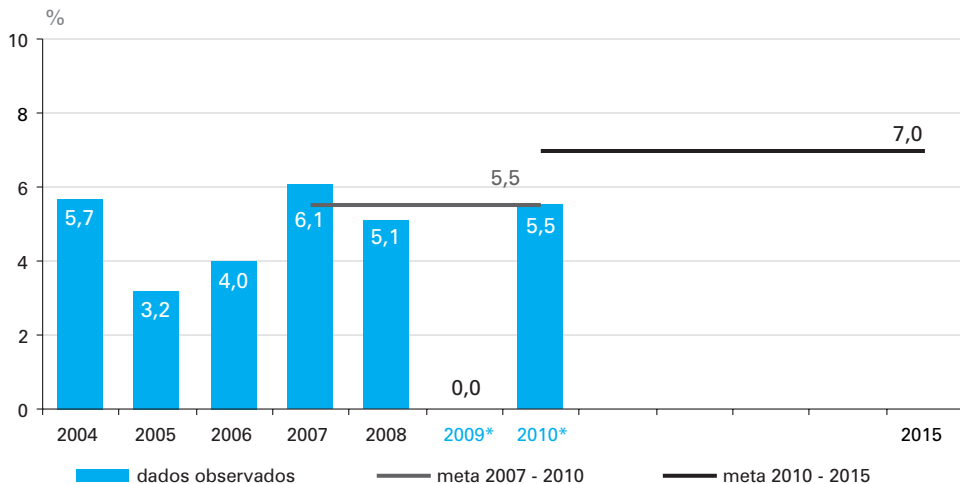
Meta:

- 5,5 % a.a. (Taxa média até 2010)
- 7,0 % a.a. (Taxa média de 2010 a 2015)

Status:

↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado

PIB



*Estimativa CNI

Tendências

A crise internacional interrompeu um processo de 10 anos de crescimento econômico no Brasil. Como a crise exerceu impacto no último trimestre de 2008, o crescimento econômico para aquele ano ficou pouco comprometido – a variação do PIB foi de 5,1%.

O PIB deverá registrar estagnação em 2009, contrastando com o desempenho médio observado nos últimos cinco anos de crescimento de 4,8%. Se por um lado, o ano de 2009 contribuiu para afastar o PIB da meta de crescimento de 5,5%, em 2010 deve-se observar um movimento de convergência para a meta.

A estimativa da CNI para o PIB de 2010 é de um crescimento de 5,5%. Mesmo se esse movimento se concretizar, a média de crescimento entre 2007 e 2010 ficará em 4,2% ao ano, distante da meta de 5,5% do Mapa da Indústria para esse período.

- Ampliar a oferta de crédito e reduzir o custo de capital;
- Interromper a trajetória de aumento dos gastos correntes do governo;
- Aprofundar as medidas de desoneração tributária;
- Aprovar medidas que visem à melhoria do ambiente de negócios, com foco na desburocratização e na definição de marcos regulatórios claros em setores ligados à infraestrutura;
- Estimular as parcerias público-privadas, como forma de estimular o investimento no Brasil;
- Desenvolver ações para o avanço das reformas tributária, da previdência e das relações do trabalho.

2. PIB Industrial

Descrição:

Variação percentual do PIB da Indústria no ano

Fonte:

Contas Nacionais / IBGE

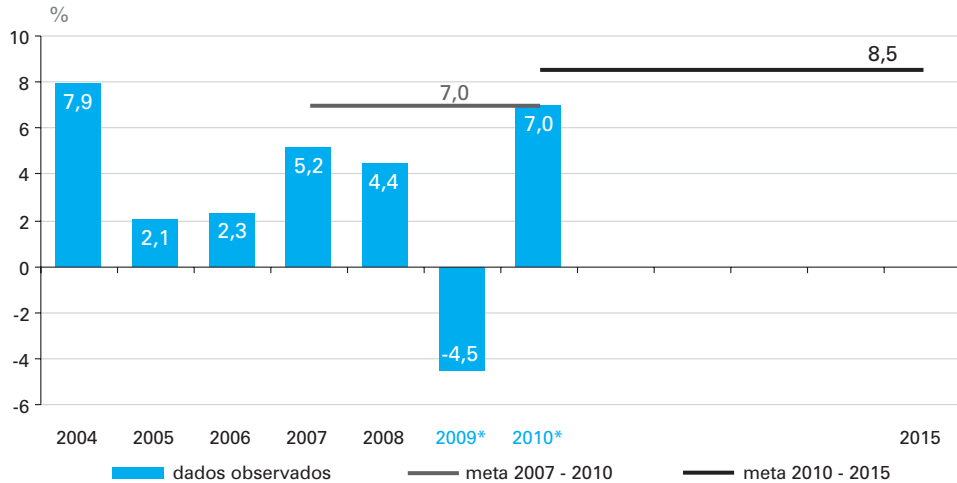
Meta:

- 7,0 % a.a. (Taxa média até 2010)
- 8,5 % a.a. (Taxa média de 2010 a 2015)

Status:

↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado

PIB Industrial



*Estimativa CNI

Tendências

A indústria foi o setor que mais sentiu os impactos da crise internacional. A queda de 21,0% da produção industrial entre os meses de setembro e dezembro de 2008 fez o PIB da indústria recuar 8,1% no quarto trimestre daquele ano – na comparação com o trimestre anterior. Mesmo com essa queda, o PIB industrial ainda cresceu 4,4% em 2008, dado o bom desempenho nos três primeiros trimestres.

Em 2009, mesmo passando por um processo de recuperação (a produção industrial cresceu em 10 dos 12 meses do ano), o PIB da indústria ainda deverá recuar 4,5% na comparação com o ano anterior. Esse resultado, se confirmado, distanciará bastante o PIB industrial da meta estabelecida pelo Mapa da Indústria de crescimento médio anual de 7,0% entre os anos de 2007 e 2010.

Em 2010, espera-se que a indústria mantenha a trajetória de recuperação, de forma a superar os níveis de produção do período pré-crise (terceiro trimestre de 2008). A CNI estima que a indústria impulse o crescimento do PIB com uma expansão de 7,0% do PIB industrial em 2010. Com esse desempenho, o PIB industrial estará convergindo para a meta de crescimento médio anual de 8,5% entre 2010 e 2015.

- Aprofundar as desonerações tributárias para o investimento e em setores chaves da indústria;
- Atuar para que a política industrial contemple as sugestões apresentadas pela indústria nas áreas de investimentos, comércio exterior e inovação;
- Priorizar medidas de redução do custo do crédito para fins de investimento.

3. Produtividade na Indústria

Descrição:

Variação do Índice de Produção Industrial / IBGE em relação ao índice de horas trabalhadas / CNI

Fonte:

Pesquisa Industrial Mensal / IBGE e Indicadores Industriais / CNI

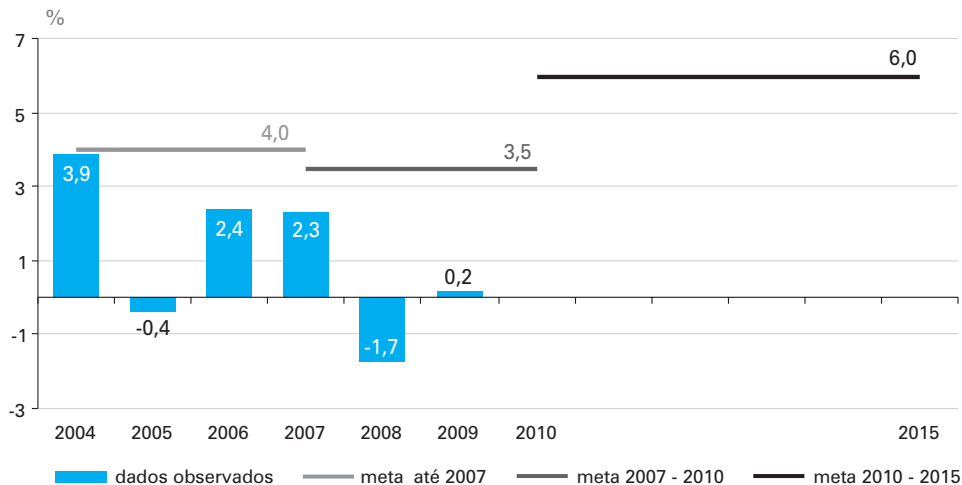
Meta:

- Crescer 4% a.a. (até 2007)
- Crescer 3,5% a.a. (de 2007 a 2010)
- Crescer 6% a.a. (de 2010 a 2015)

Status:

↓ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta

Produtividade na Indústria



Tendências

A crise internacional afetou negativamente a produtividade da indústria, que recuou 1,7% em 2008. Esse desempenho fez o indicador se afastar da meta de crescimento médio de 6,0% ao ano entre 2007 e 2010.

Em 2009, a produtividade da indústria voltou a crescer (0,2%), mas de forma tênue, não revertendo à perda ocorrida no ano anterior e, portanto, não superando os impactos negativos da crise internacional. Com o resultado de 2009, a média anual de crescimento da produtividade na indústria foi de apenas 0,3% entre 2007 e 2009.

A convergência do indicador de produtividade para a meta de crescimento de 6,0% ao ano só será possível com a recuperação – e sustentação – dos investimentos e a melhoria na educação, fatores chave para o avanço da produtividade na indústria.

- Acompanhar a execução das ações previstas no “PAC da Inovação”, que incorporou sugestões da indústria, como a destinação de recursos para o processo de desenvolvimento tecnológico nas empresas;
- Atuar na aprovação de medidas que visem à desoneração de impostos sobre bens de capital;
- Implementar ações previstas no programa “Educação para a Nova Indústria”, com foco em educação básica, continuada e profissional. Até 2010, pretende-se atingir 16,2 milhões de matrículas no SESI e no SENAI, aumentando a capacitação e a qualificação profissional dos trabalhadores.

4. Taxa de Desemprego

Descrição:

Percentual da população brasileira desocupada, em proporção à população economicamente ativa

Fonte:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

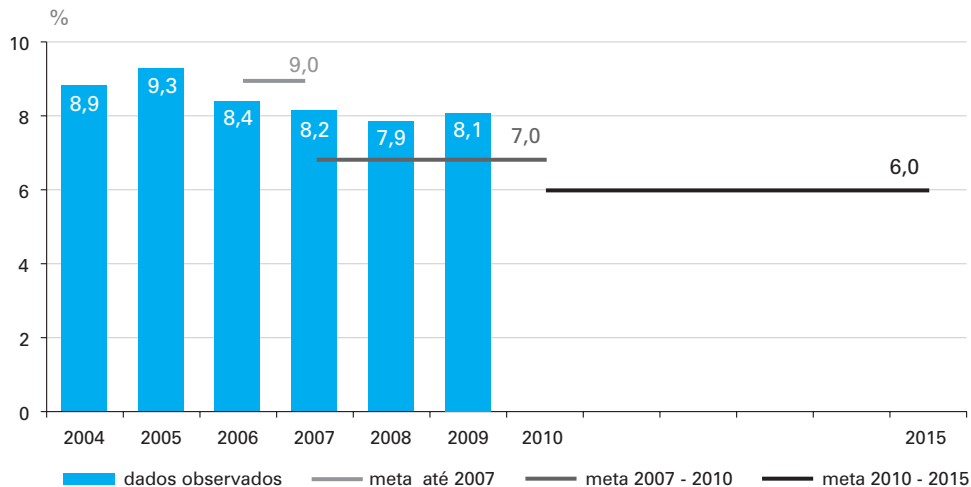
Meta:

- Alcançar 9,0% até 2007
- Alcançar 7,0% até 2010
- Alcançar 6,0% até 2015

Status:

 Convergindo para a meta

Taxa de Desemprego



Tendências

A taxa de desemprego média anual cresceu de 7,9% em 2008 para 8,1% em 2009. O aumento desse indicador só não foi mais intenso porque houve um grande número de pessoas que deixa de procurar emprego em 2009, face às dificuldades de empregabilidade com o recuo da produção e interrupção dos investimentos.

Ressalte-se que mesmo com o cenário macroeconômico adverso de 2009 a criação de empregos formais superou o desempenho dos empregos informais, de forma a não interromper o processo de formalização da mão-de-obra.

Para 2010, a CNI estima uma redução da taxa média de desemprego para 7,6%, dada a recuperação da indústria, assim como os demais setores de atividade no ano. Nesse sentido, a taxa de desemprego média anual voltará a convergir à meta de 6,0% entre os anos de 2010 e 2015.

- Defender a adoção de propostas que flexibilizem as relações de trabalho no país;
- Reforçar a posição contrária da CNI à Convenção 158, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dispõe sobre a demissão imotivada;
- Reforçar a posição da CNI contrária à redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas sem redução de trabalho;
- Apresentar propostas para o aperfeiçoamento das regras de terceirização, visando à segurança jurídica e à garantia de competitividade das empresas contratantes, sem prejuízo dos direitos dos trabalhadores;
- Reduzir a carga tributária que incide sobre a folha de pagamento das empresas.

5. Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção ao PIB

Descrição:

Participação das exportações de bens e serviços do Brasil em relação ao Produto Interno Bruto

Fonte:

Contas Nacionais / IBGE

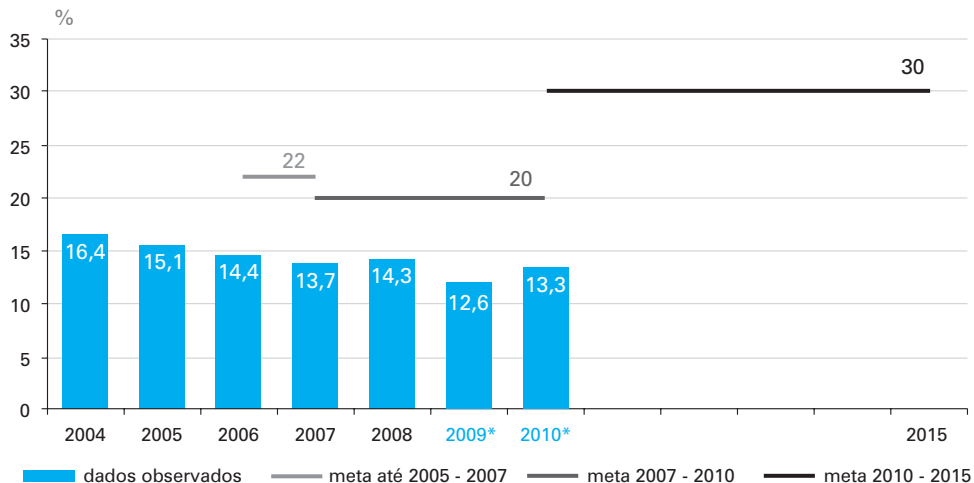
Meta:

- Alcançar 22% até 2007
- Alcançar 20% até 2010
- Alcançar 30% até 2015

Status:

↓ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta

Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção ao PIB



*Estimativa CNI

Tendências

A queda da participação das exportações de bens e serviços no PIB – presente desde 2004 – acompanhou a valorização do real. O mercado internacional, que deixava de ser atraente para o exportador dada a queda da rentabilidade das exportações com a valorização da moeda doméstica, ganhou um agravante com a recessão econômica mundial.

A CNI estima que a participação das exportações de bens e serviços no PIB tenha recuado de 14,4% em 2008 para 12,6% em 2009. Em 2010 espera-se a interrupção desse movimento, de forma que a participação das exportações de bens e serviços no PIB volte a crescer para 13,3% (estimativa CNI). Esse movimento no entanto vem acompanhado de alteração na pauta exportadora.

Mesmo com o aumento da participação das exportações no PIB em 2010, a meta de participação de 25% para o ano não será alcançada. Com o aumento das compras de *commodities* pela China, a exportação de manufaturados perdeu participação em relação ao total exportado.

- Implementar mecanismos de ressarcimento dos tributos que incidem na exportação;
- Atuar para a manutenção de uma taxa de câmbio competitiva – e menos volátil – e para um ambiente de negócios mais favorável aos investimentos para aumentar a competitividade da indústria brasileira no mercado internacional;
- Monitorar e evitar possíveis ações protecionistas que impactem na indústria brasileira;
- Apoiar ações de defesa comercial que combatam a concorrência desleal;
- Ampliar fluxos de comércio, serviços e investimentos entre o Brasil e o México, com vistas a avançar para um tratado de livre comércio;
- Promover missões empresariais no exterior e participar de reuniões, seminários e encontros de cooperação econômica;
- Aprofundar uma agenda do setor industrial para a América do Sul com base em estudos da CNI sobre os interesses empresariais brasileiros (bens, serviços e investimentos).

Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção ao PIB

6. Crédito em proporção ao PIB

Descrição:

Operações de crédito do sistema financeiro (Risco Total) em relação ao PIB

Fonte:

Banco Central do Brasil

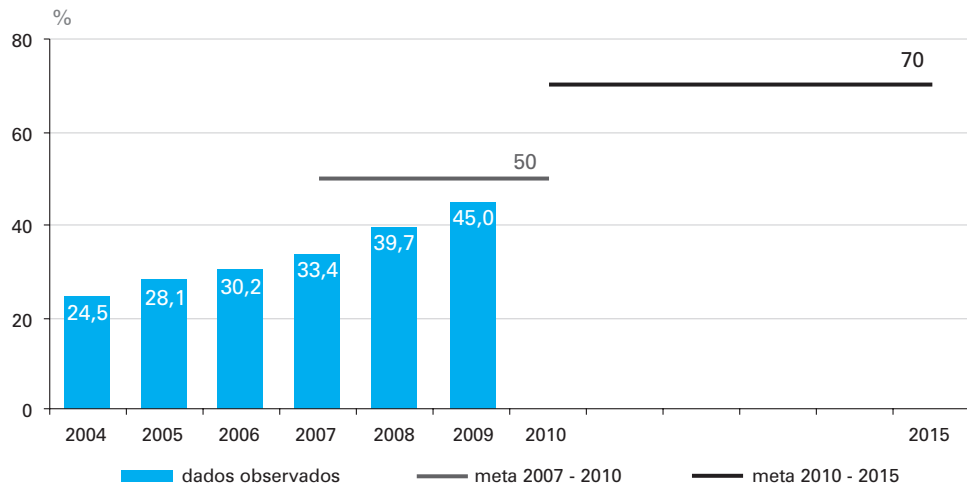
Meta:

- Alcançar 50% até 2010
- Alcançar 70% até 2015

Status:

 Convergindo para a meta

Crédito em proporção ao PIB



Tendências

Embora ainda restrito, quando comparado ao resto do mundo, o crédito no Brasil vem se expandindo à taxas expressivas. Mesmo com a crise internacional, o crédito no Brasil continuou se expandindo em 2009. As operações de crédito, que representavam 39,7% do PIB em dezembro de 2008, cresceram 5,3 pontos percentuais (p.p.) até dezembro de 2009, alcançando 45,0% do PIB. Desde 2004, a expansão já é de 21,4 p.p.. Esse resultado já supera a meta estabelecida para 2010 de 40,0% do PIB.

A expansão do crédito em 2009 é resultado, em boa medida, de três fatores inter-relacionados: a) controle inflacionário (em função do caráter deflacionário da crise); b) redução da taxa de juros; e c) medidas governamentais visando o destravamento do crédito. A ameaça de uma crise de liquidez fez com que as instituições financeiras reduzissem a oferta de crédito, que só foi retomada – em parte – após medidas de garantia e de crédito público, por parte do governo.

Para 2010, o cenário é promissor. A superação da crise está a caminho e o crescimento do PIB deverá ser impulsionado por uma forte expansão do crédito.

- Elaborar estudos sobre condições e alternativas de financiamento não-bancário às empresas e sobre cooperativas de crédito;
- Focar a atenção na criação do cadastro positivo e agilizar a tramitação do PLS 263/2004, que aguarda apreciação do plenário do Senado Federal;
- Promover a redução da cunha fiscal sobre os juros, de forma a alavancar o crédito;
- Desburocratizar o acesso e racionalizar as exigências das linhas oficiais, em especial às empresas de menor porte;
- Alavancar o volume de crédito oferecido pelas linhas oficiais destinadas ao capital de giro, tomando os programas temporários em linhas definitivas;
- Simplificar e facilitar o acesso das empresas aos recursos do BNDES, em especial para as empresas de menor porte que necessitam operar via agentes financeiros;
- Alavancar a utilização de fundos garantidores do crédito destinados às micro e pequenas empresas.

7. Spread Bancário

Descrição:

Diferença em pontos percentuais entre o custo de captação e as operações de crédito com recursos livres dos bancos - média anual

Fonte:

Banco Central do Brasil

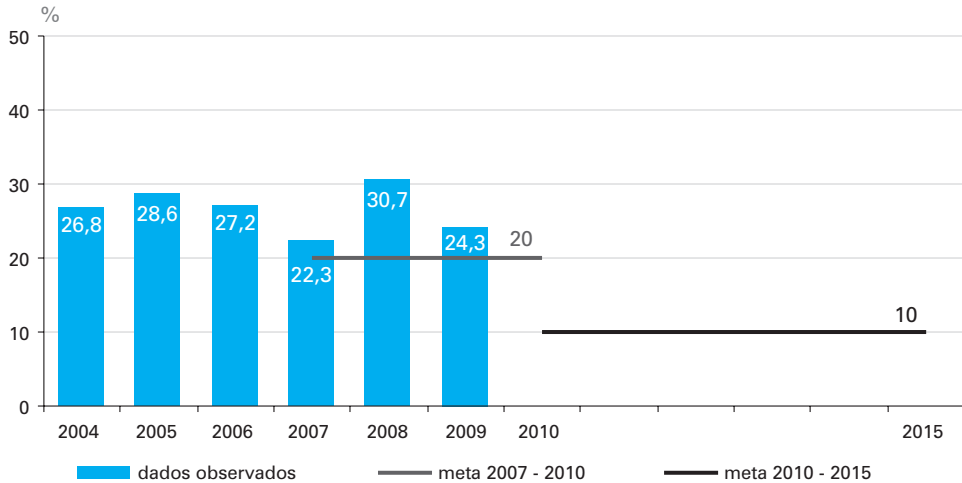
Meta:

- Alcançar 20% até 2010
- Alcançar 10% até 2015

Status:

↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado

Spread Bancário



Tendências

O *spread* bancário médio pré-fixado para operações de crédito com recursos livres revelou uma trajetória de queda desde junho de 2003, atingindo a menor taxa histórica (22,3%) em dezembro de 2007. No fim de 2008, com a crise internacional – e o empocamento de liquidez e risco de aumento da inadimplência –, os bancos reduziram o crédito ofertado e aumentaram seus *spreads*, fazendo com que esse indicador alcançasse 30,7% em dezembro.

Em 2009 houve uma inversão dessa tendência. O *spread* bancário reduziu-se durante todos os meses do ano. Isso se deu por três fatores: a) recuperação gradual dos efeitos da crise; b) retomada da demanda por crédito com o reaquecimento do consumo interno; e c) medidas governamentais de expansão e garantia do crédito. Como resultado, o *spread* em dezembro de 2009 recuou para 24,3%.

Esse movimento deverá continuar em 2010 com a manutenção da expansão da demanda interna, e o reaquecimento da economia e a queda gradual do desemprego, o que diminuirá o risco de inadimplência. Assim, é alta a possibilidade de o *spread* bancário convergir para a meta de 20% em 2010. Se esse resultado se confirmar, o *spread* bancário atingirá a menor taxa histórica.

- Apresentar propostas voltadas à redução do custo do financiamento e à redução do *spread* bancário como a regulamentação do cadastro positivo e desonerações tributárias das operações de crédito;
- Fomentar a maior utilização dos bancos oficiais como instrumento de redução do custo das taxas ativas, mas preservando as condições de equilíbrio dessas instituições;
- Aprovar o cadastro positivo, em tramitação no Senado Federal;
- Acompanhar o PL 5.258/2009, em tramitação na Câmara dos Deputados, que institui o Sistema de Metas para a Margem Bancária.

8. Taxa Real de Juros

Descrição:

Taxa anual básica de juros (*Selic*) descontada pela média anual de inflação acumulada em 12 meses medida pelo IPCA

Fonte:

Banco Central do Brasil

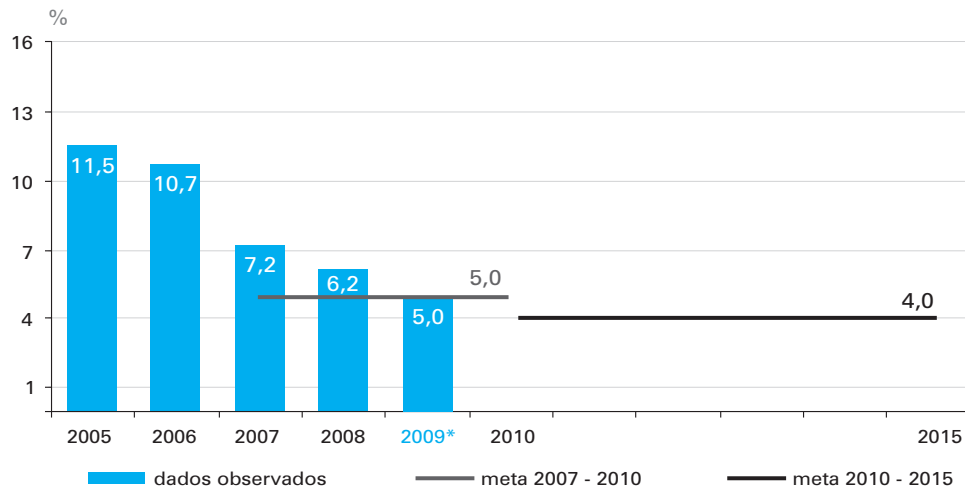
Meta:

- Alcançar 5% até 2010
- Alcançar 4% até 2015

Status:

- Atingiu a meta de 2010

Taxa Real de Juros



*Estimativa CNI

Tendências

A taxa real de juros recuou 6,5 pontos percentuais (p.p.) entre 2005 e 2009, atingindo 5,0% na média do último ano. Mesmo com a queda, a taxa brasileira ainda é uma das mais altas do mundo.

A redução mais intensa dos juros reais em 2009 se deu principalmente pelas reduções na taxa *Selic* ao longo do ano, de 4,0 p.p., passando de 13,75% a.a. em janeiro para 8,75% a.a. até o final de 2009. Com esse movimento, a meta estabelecida do Mapa da Indústria para a taxa real de juros de 6% para 2010 foi atingida.

Contudo, para que a taxa real se mantenha abaixo da meta, é necessário que a taxa de juros *Selic* volte a cair. Assim, a inflação controlada e dentro da meta de 4,5% a.a. manterá a trajetória de queda da taxa real de juros em direção a meta de 2015, de 4,0%.

- Apresentar propostas voltadas à redução do custo de financiamento e à redução do *spread* bancário como a regulamentação do cadastro positivo e desonerações tributárias das operações de crédito;
- Defender a redução da taxa de juros *Selic*;
- Defender a redução do tamanho do Estado para a manutenção do equilíbrio fiscal, por meio da contenção dos gastos públicos;
- Atuar para o desenvolvimento do mercado de capitais e nas ações visando à redução do custo do capital para as empresas industriais.

9. Carga Tributária

Descrição:

Total de impostos arrecadados em proporção ao PIB

Fonte:

Receita Federal

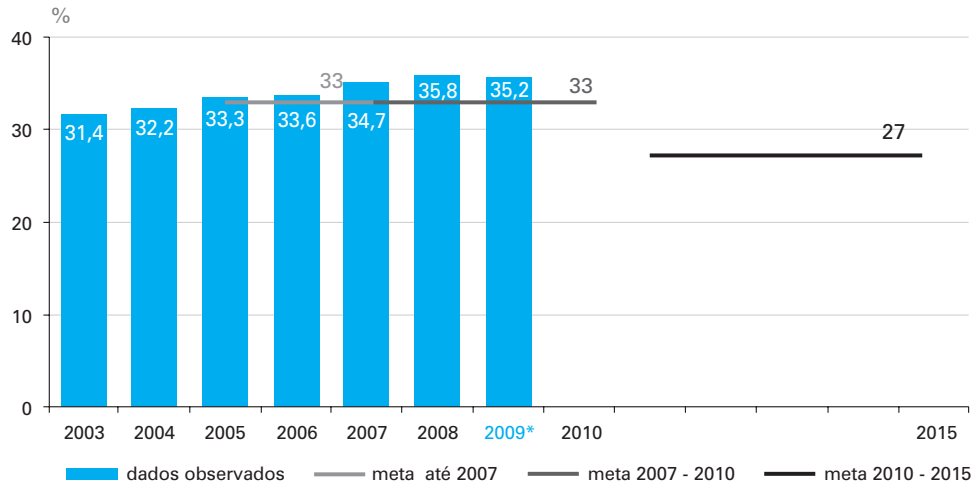
Meta:

- Alcançar 33% até 2007
- Alcançar 33% até 2010
- Alcançar 27% até 2015

Status:

↓ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta

Carga Tributária



*Estimativa CNI

Tendências

A participação dos impostos no PIB cresceu durante quase toda a década e caminhou na direção contrária à que se espera para promover a expansão econômica de longo prazo. Entretanto, os efeitos da crise econômica e das desonerações tributárias fizeram com que o indicador regredisse em 2009.

Quando a arrecadação de impostos cresce em ritmo superior ao da produção, uma parcela maior da renda gerada no Brasil é desviada do setor privado para o setor público. Essa realocação de recursos, revelada pelas Contas Nacionais, é desfavorável ao aumento da produtividade e à expansão sustentada do PIB.

O aumento da carga tributária financia a expansão do gasto público, cujo montante em relação ao PIB, somente no Governo Federal, passou de 14,0%, em 1997, para 18,3%, em 2009. Nesse contexto, apoiar a redução da carga tributária exige trabalhar pela redução dos gastos correntes do governo.

- Contribuir ativamente para a reformulação do sistema tributário;
- Defender a redução do tamanho do Estado para a manutenção do equilíbrio fiscal, por meio da contenção e do aumento de eficiência nos gastos públicos;
- Atuar para a efetivação da reforma da previdência social;
- Ampliar o universo de empresas que podem optar pelo regime de lucro presumido;
- Permitir o crédito imediato de PIS, COFINS e ICMS nas aquisições de bens de capital no Brasil e no exterior;
- Ampliar o mecanismo da depreciação acelerada para máquinas e equipamentos;
- Assegurar o aproveitamento de saldos credores de tributos, especialmente no caso das exportações.

10. Oferta Interna de Energia

Descrição:

Expansão anual liberada para comercialização, medida em porcentagem de crescimento no ano

Fonte:

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

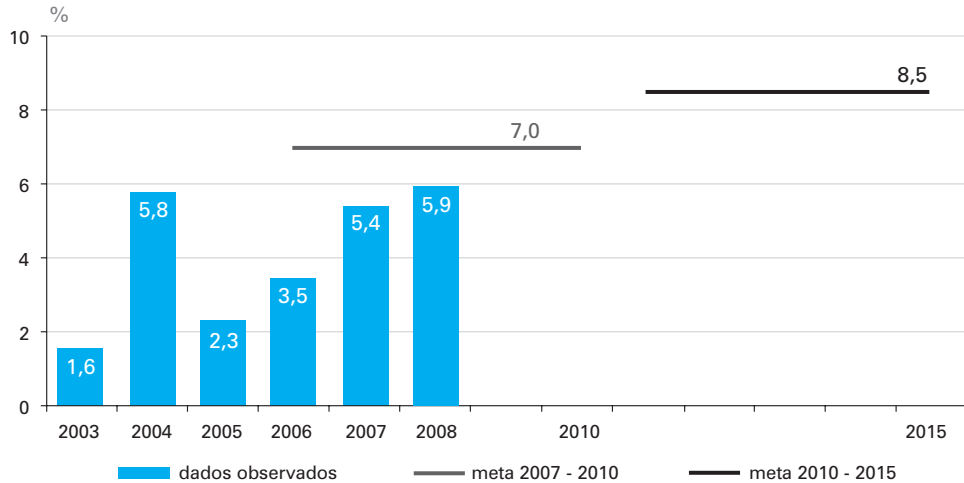
Meta:

- Crescimento médio de 7,0% a.a. (até 2010)
- Crescimento médio de 8,5% a.a. (de 2010 a 2015)

Status:

 Convergindo para a meta

Oferta Interna de Energia



Tendências

A taxa de crescimento da Oferta Interna de Energia, no ano de 2008, foi de 5,9%. A taxa de crescimento do PIB, neste mesmo ano, foi de 5,1%. Observa-se que o crescimento da oferta interna de energia superou o crescimento do PIB, o que não se observava desde 2004.

O aumento da importância do setor comercial e serviços e a maior produtividade e eficiência dos processos produtivos e de geração de energia estão permitindo ao país transpor-se para uma fase de menor intensidade energética do seu crescimento econômico. Aliado a isso se deve recordar que a partir do terceiro trimestre de 2008 o Brasil começou a sofrer as conseqüências da crise econômica que impactou o crescimento dos países de uma forma geral, com reflexos diretos sobre a taxa de crescimento do PIB. Ambos os movimentos contribuirão para que a taxa de crescimento da Oferta Interna de Energia fosse superior a taxa de crescimento do PIB.

Após um ano de crise econômica o país dá sinais de recuperação. Neste novo cenário a disponibilidade energética torna-se fundamental, em especial porque o setor industrial apresenta-se como principal vetor deste crescimento no ano de 2010. Desta forma, espera-se que a taxa de crescimento da Oferta Interna de Energia mantenha taxas elevadas, mas a meta de crescimento médio de 7% a.a. até 2010 não será alcançada.

- Reduzir os encargos setoriais incidentes na tarifa de energia elétrica e dar maior transparência a utilização dos recursos.
- Agilizar o processo de licenciamento ambiental das hidrelétricas.
- Regulamentar a lei do gás natural.
- Estabelecer uma política tarifária transparente e competitiva para o gás natural.
- Aperfeiçoar o marco regulatório proposto para o pré-sal.
- Estimular o uso de fontes alternativas renováveis de energia.
- Incentivar a eficiência energética.
- Definir soluções adequadas para renovação das concessões do setor elétrico.

11. Investimento em Infraestrutura dos Transportes em proporção do PIB

Descrição:

Total investido em infraestrutura dos transportes pelo governo federal em relação ao PIB

Fonte:

Ministérios dos Transportes

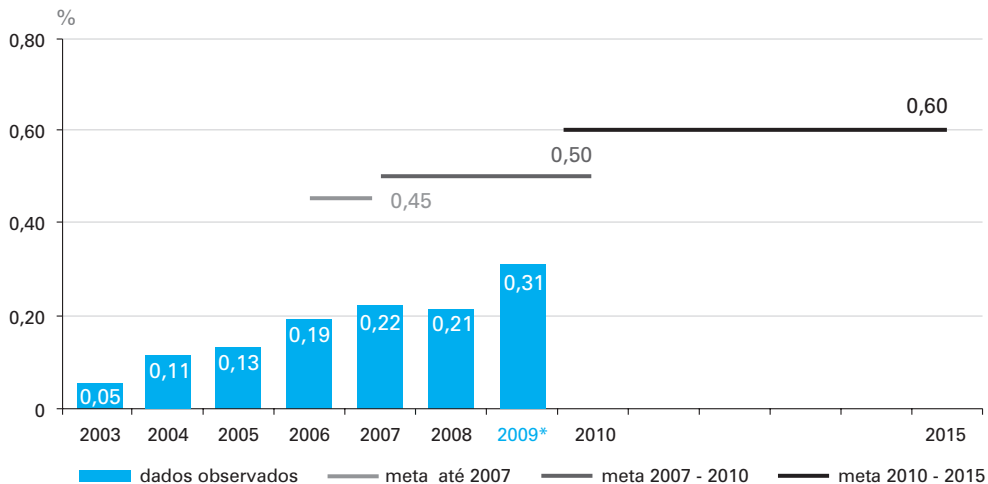
Meta:

- Alcançar 0,45% até 2007
- Alcançar 0,50% até 2010
- Alcançar 0,60% até 2015

Status:

↑ Distante da meta e converge em ritmo inferior ao planejado

Investimento em Infraestrutura dos Transportes em proporção do PIB



*Estimativa CNI

Tendências

Em 2009, os investimentos do Ministério dos Transportes (MT) devem crescer significativamente mais que em anos anteriores, cerca de 0,31% do PIB, segundo estimativas da CNI. Os investimentos do MT foram de 0,22% do PIB em 2007 e de 0,21% do Produto Interno Bruto em 2008.

O salto ocorrido nesse indicador é explicado não só pelo aumento dos investimentos pagos pelo MT, mas também pela estagnação do PIB em 2009. Os investimentos do Ministério em 2009 não foram afetados pela crise internacional, ao contrário, seguiram em ritmo mais vigoroso, tendo aumentado em 50% em relação a 2008.

Ainda assim, é improvável que a meta de 0,5% para 2010 seja atingida. Considerando que o PIB neste ano deva crescer cerca de 5,5%, segundo estimativas da CNI, os investimentos do MT teriam que aumentar a taxa de 70%.

Além das dificuldades enfrentadas pelo MT na execução dos investimentos, existem problemas estruturais no setor. Falta uma estrutura moderna de planejamento de longo prazo e uma visão integrada de logística que oriente as diversas ações para o objetivo da competitividade. O ambiente institucional é inadequado, faltando a implantação dos marcos regulatórios com o fortalecimento das agências reguladoras do setor (ANTT e ANTAQ) e eliminação da sobreposição de funções entre estas e o MT.

- Desenvolver ações para a melhoria da gestão pública e diminuir obstáculos burocráticos aos investimentos;
- Defender a independência decisória, autonomia financeira, delimitação precisa de suas funções, transparência na atuação e excelência técnica para as Agências Reguladoras, como eliminação das sobreposições de funções;
- Elaborar estudos com propostas para maior eficiência das administrações portuárias, aumento da competitividade na navegação costeira de cargas e melhoria das informações no setor de transporte que suportem o planejamento integrado e de longo prazo;
- Melhorar o sistema interno de informações e acompanhar o desenvolvimento da infraestrutura no País.

Investimento em Infraestrutura dos Transportes em proporção do PIB

12. Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto

Descrição:

Domicílios atendidos por rede coletora de esgoto em relação ao total de domicílios no Brasil

Fonte:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

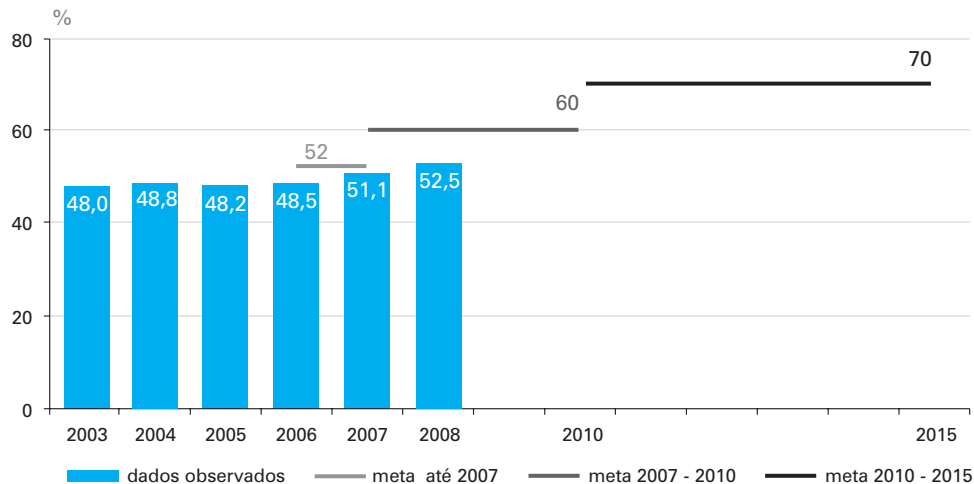
Meta:

- Alcançar 52% até 2007
- Alcançar 60% até 2010
- Alcançar 70% até 2015

Status:

 Convergindo para a meta

Domícilios atendidos por Rede Coletora de Esgoto



Tendências

Em 2008, 52,5% dos domicílios brasileiros estavam ligados a rede coletora de esgotamento sanitário, o que ultrapassa a meta de 52% definida para 2007.

Mesmo com a expansão da rede coletora de esgoto desde 2007, 48,5% em 2006 e 51,1% em 2007, o ritmo de crescimento poderia ser mais intenso caso instrumentos de financiamento como as PPPs fossem mais utilizados pelo governo federal. Com a promulgação da Lei 11.445/2007, foram definidas as regras sobre a atuação em concessões e PPPs no setor. Desde então a participação privada na prestação de serviços de água e esgoto tem aumentado. Porém, apesar do setor de saneamento básico contar com recursos anuais do PAC da ordem de R\$ 10 bilhões/ano, somente é executado 1/3 desse montante.

O potencial de investimentos é maior que o observado nos últimos anos e a iniciativa privada deverá ter papel fundamental na busca pela universalização dos serviços, seja na realização dos projetos e obras seja na operação dos sistemas. O desafio do setor de saneamento é acelerar o ritmo de expansão da rede coletora de esgoto de modo a perseguir a meta de 60% atendidos em 2010, o que só será possível por meio da eliminação dos entraves aos investimentos.

- Incentivar parcerias público-privadas no setor de saneamento;
- Apoiar os esforços de aumento dos investimentos, por meio do acompanhamento das ações do PAC e do PRODES;
- Acompanhar a efetivação da Lei 11.445/07.

13. Investimento Privado em Inovação em proporção do PIB

Descrição:

Volume de investimentos privados em inovação em proporção do PIB

Fonte:

Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT

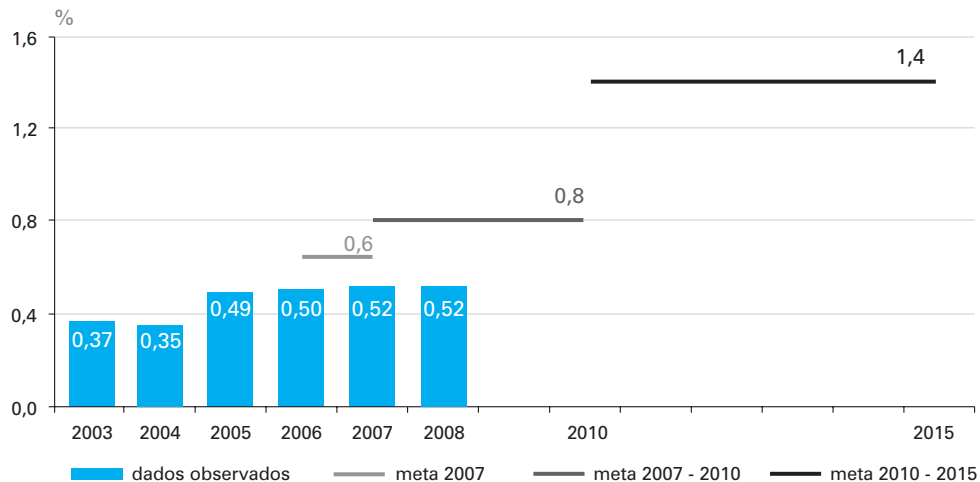
Meta:

- Alcançar 0,60% até 2007
- Alcançar 0,80% até 2010
- Alcançar 1,40% até 2015

Status:

↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado

Investimento Privado em Inovação em proporção do PIB



Tendências

Os gastos privados com P&D acompanham, historicamente, a dinâmica dos investimentos no Brasil. São, portanto, muito sensíveis às alterações na economia. Em períodos de aceleração da atividade econômica, os gastos com P&D tendem a crescer proporcionalmente mais do que a média da economia. Em contrapartida, em períodos de desaceleração, os efeitos negativos na trajetória de P&D são, usualmente, mais intensos.

Tomando-se como base um cenário em que: a) o ritmo de crescimento do PIB em 2010 deva retornar ao padrão de 2008, ou seja, ao padrão pré-crise; e b) o comportamento dos investimentos privados em inovação é mais intenso do que a variação média do PIB. A tendência para o indicador em 2010 é de expansão, retornando à trajetória ascendente pré-crise.

O ritmo de expansão, no entanto, poderia ser muito mais intenso se os instrumentos públicos de apoio à inovação nas empresas – previstos na Lei de Inovação e na Lei do Bem – alcançassem um número maior de empresas. Essas leis prevêem a concessão de recursos financeiros, como crédito, capital de risco, subvenção econômica, auxílios financeiros e bolsas de pesquisa e estudo e incentivos fiscais. Esses benefícios, no entanto, chegam a menos de 20% das empresas que declararam inovar e apenas um terço das empresas brasileiras é inovadora, segundo dados da PINTEC de 2005.

- Mobilizar empresários para exercer o protagonismo privado na agenda de inovação;
- Aperfeiçoar a legislação que trata de incentivos fiscais e mecanismos de apoio à inovação previstos na Lei da Inovação e na Lei do Bem;
- Ampliar o acesso aos mecanismos de fomento da atividade inovativa por meio da difusão e implantação de instrumentos de financiamento e subvenção;
- Consolidar a implantação do marco regulatório de fomento ao desenvolvimento industrial e tecnológico, em especial da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP);
- Utilizar o poder de compra do estado para estimular o desenvolvimento tecnológico nas empresas, seja na compra direta de fornecedores, seja no estabelecimento de requisitos de contrapartidas comerciais (offsets) em aquisições de produtos importados.

Investimento Privado em Inovação em proporção ao PIB

14. PISA

Descrição:

Programme for International Student Assessment (PISA) é um teste de diagnóstico aplicado em alunos de 15 anos, avaliando conhecimentos em leitura, em matemática e em ciências

Fonte:

OECD

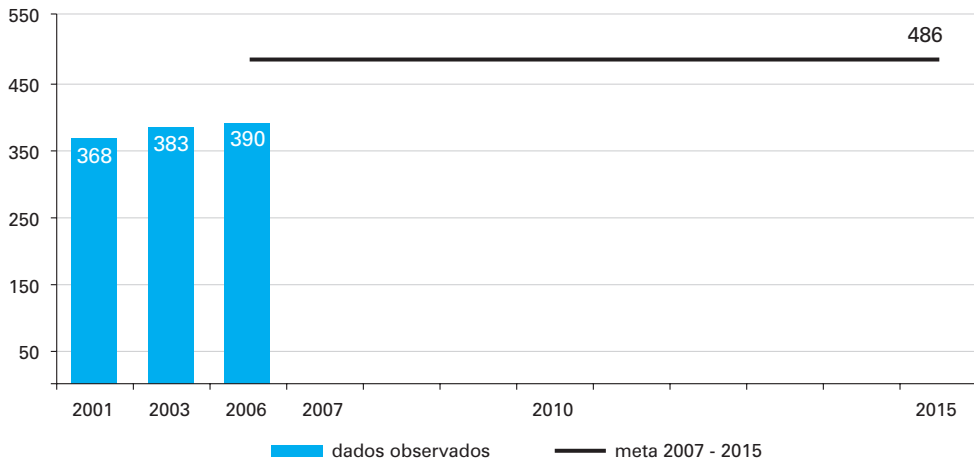
Meta:

- Alcançar a nota 486 (Espanha em 2001) até 2015

Status:

↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado

PISA



Tendências

A falta de qualificação da mão-de-obra é um dos principais entraves ao crescimento sustentado no Brasil. O Programa Internacional de Avaliação de Ensino (PISA) exhibe um quadro que precisa ser superado: a nota do aluno brasileiro, em 2006, foi a 51ª em uma lista de 57 países (30 membros da OECD e 27 países convidados). A nota média de um aluno brasileiro em matemática e ciências em 2006 é 5% inferior à de um aluno mexicano.

A nota média dos estudantes brasileiros manteve-se praticamente estável na década (não ultrapassou 400 pontos), ficando muito distante da meta estabelecida pelo Mapa da Indústria (500 pontos). Uma nota média de 500 pontos é equivalente ao desempenho dos estudantes da Espanha no início desta década.

- Universalizar a educação básica com qualidade;
- Fortalecer a educação profissional;
- Estimular a educação continuada dentro e fora do ambiente do trabalho;
- Apoiar o “Movimento Todos pela Educação”.

15. Domicílios com acesso à internet

Descrição:

Número de domicílios com acesso à internet em relação ao total de domicílios no Brasil

Fonte:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

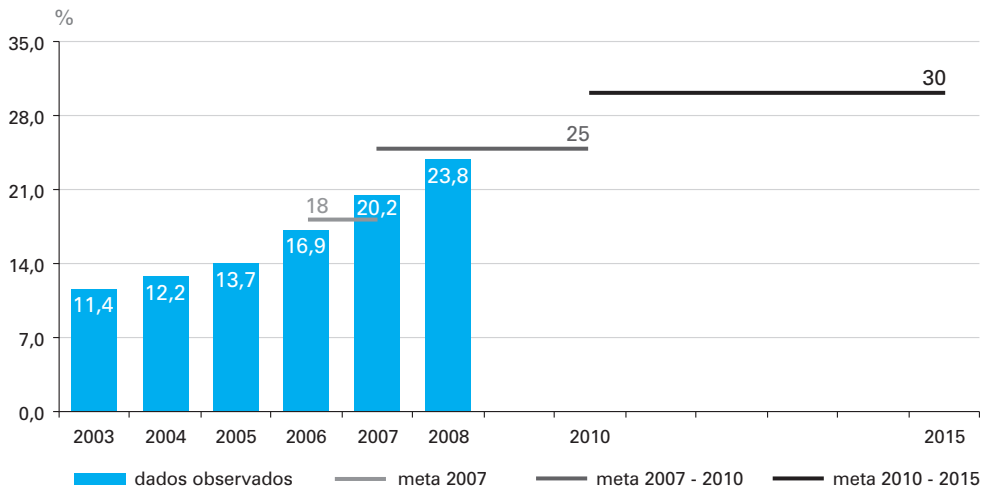
Meta:

- Alcançar 18% até 2007
- Alcançar 25% até 2010
- Alcançar 30% até 2015

Status:

↑ Convergindo para a meta

Domicílios com acesso à internet



Tendências

O setor de informática no Brasil é o caso emblemático de como uma medida de desoneração tributária pode impulsionar o crescimento da produção. A Lei do Bem, instituída em 2005, reduziu a carga tributária de produtos de informática e estimulou a produção e venda de computadores no Brasil, gerou empregos e aumentou a competitividade do produto nacional frente ao importado.

Em 2006, a produção de equipamentos de informática cresceu 51,6% e em 2007 o crescimento foi de 14,4%. Entretanto, esse setor – que era um dos mais dinâmicos da economia – passou a registrar queda da produção em 2008 (-8,9%) e em 2009 (-6,6%).

Mesmo com a queda das vendas de equipamentos de informática, a proporção de domicílios com acesso à internet aumentou no Brasil de 20,2% em 2007 para 23,8% em 2008. Em 2009, a CNI espera que a participação de domicílios com acesso à internet torne a crescer possibilitando o alcance da meta de 25% até 2010.

- Disseminar a importância da banda larga com infraestrutura estratégica para o desenvolvimento do país;
- Estimular o acesso de escolas e estudantes à internet;
- Contribuir para que as políticas públicas concorram para a ampliação do acesso de domicílios à internet.

16. Renda *per capita*, ajustada pela paridade do poder de compra

Descrição:

Renda por habitante expressa em dólares ajustadas ao poder de compra da população

Fonte:

Fundo Monetário Internacional - FMI

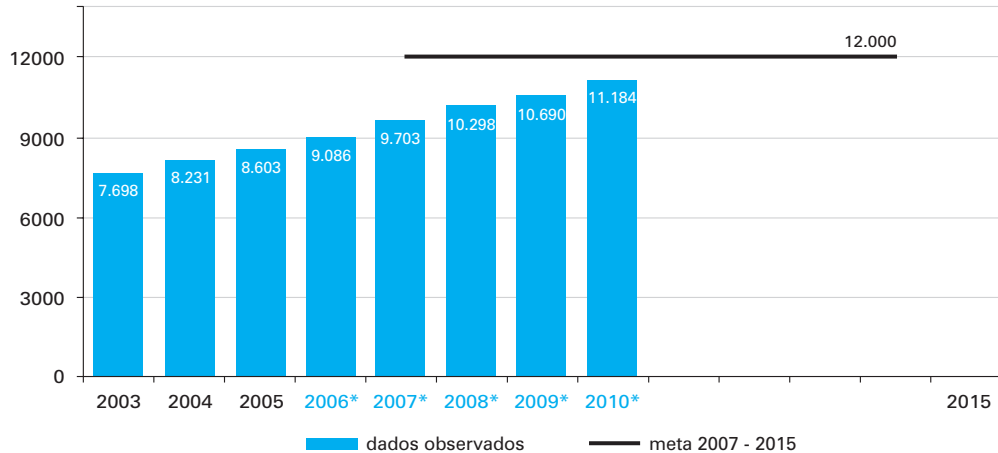
Meta:

■ Alcançar 12.000 PPP até 2015

Status:

↑ Convergindo para a meta

Renda per capita, ajustada pela paridade do poder de compra



*Estimativa FMI

Tendências

Conforme estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a renda *per capita* no Brasil cresceu à média de 5,6% ao ano entre 2004 e 2009, alcançando US\$ 10.690 no último ano – os valores são expressos em dólares ajustados pelo poder de compra do país. Em 2010 a estimativa do FMI é de que a renda *per capita* cresça à taxa de 4,6%, para US\$ 11.184.

Com esse ritmo de crescimento, a renda *per capita* irá atingir a meta de US\$ 12.000 antes de 2015. Mesmo com a expansão, a renda *per capita* brasileira em 2009 continua aquém de alguns países vizinhos sul-americanos, como Argentina (US\$ 14.963), Chile (US\$ 15.304) e Uruguai (US\$ 13.621).

- Atuar na implementação de políticas que busquem acelerar o ritmo de crescimento econômico com manutenção da estabilidade (ações do Mapa Estratégico da Indústria).

Renda *per capita*, ajustada pela paridade do poder de compra

17. Índice de GINI

Descrição:

Mede a distribuição de renda entre os habitantes de um país. O valor 0 (zero) corresponde à equidade perfeita e 1 (um) corresponde à completa desigualdade

Fonte:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

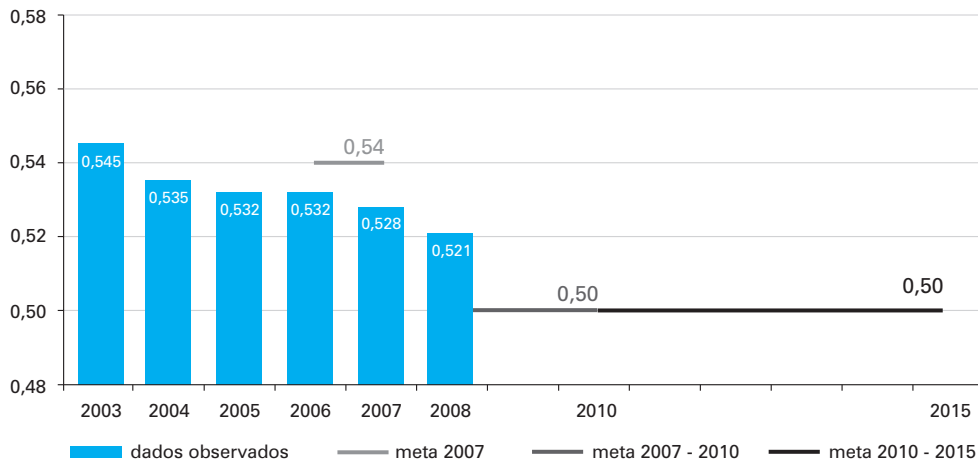
Meta:

- Alcançar 0,54 até 2007
- Alcançar 0,50 até 2010
- Alcançar 0,50 até 2015

Status:

↑ Convergindo para a meta

Índice de GINI



Tendências

O índice de Gini referente ao ano de 2008 – que apura o nível de concentração de renda de um país – manteve a trajetória de queda registrada nos cinco anos anteriores. Esse indicador recuou de 0,528 em 2007 para 0,521 no ano seguinte. Mesmo mostrando a redução da desigualdade em ritmo lento, o índice de Gini alcançou a meta de 0,52 para 2010 dois anos antes.

A redução da desigualdade de renda no Brasil é resultado de um crescimento econômico acompanhado de geração de empregos, sobretudo formais. Aumento do emprego gera crescimento da renda da população. No entanto, as políticas governamentais, como o bolsa-família – tem exercido peso importante na redução da desigualdade de renda.

Mesmo com a crise internacional, o processo de formalização da mão-de-obra não foi interrompido, passando apenas por uma desaceleração do movimento apresentado nos anos anteriores. Nesse sentido, há possibilidade de que o índice de Gini mantenha a trajetória de queda em 2009.

- Promover o desenvolvimento das regiões com maior defasagem econômica, de forma a reduzir as tensões sociais e exercer influência positiva sobre os investimentos – principalmente em infraestrutura – que ajudem a reduzir a desigualdade econômica;
- Apoiar as políticas públicas que ajudem a reduzir as desigualdades de renda.

18. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Descrição:

Mede o nível de bem-estar de uma população, considerando longevidade, renda *per capita* e grau de escolaridade

Fonte:

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

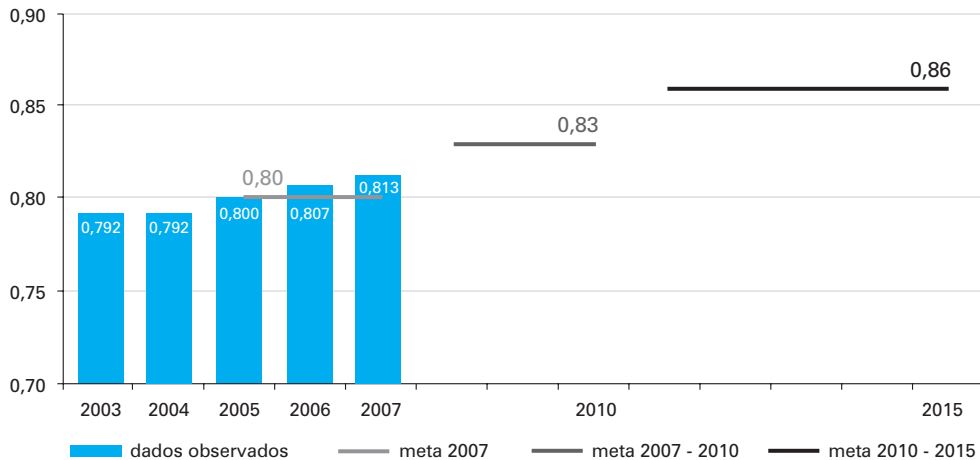
Meta:

- Alcançar 0,80 até 2007
- Alcançar 0,83 até 2010
- Alcançar 0,86 até 2015

Status:

 Convergindo para a meta

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH



Tendências

O Brasil trilha o crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), resultado de avanços nos indicadores sociais no país. O IDH é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a partir de três fatores: renda, longevidade e grau de escolaridade médios da população brasileira.

O Brasil, que já pertence ao grupo de países com alto desenvolvimento humano desde 2005, registrou IDH de 0,807 em 2006, passando a ocupar a 70ª posição no *ranking* de uma lista de 179 países e territórios. A melhora no IDH corresponde aos avanços nos três fatores de cálculo desse indicador.

Em 2007, o IDH no Brasil cresceu para 0,813. Ressalte-se que a melhora do IDH brasileiro se dá em ritmo mais lento do que em outros países vizinhos sul-americanos, de forma que a posição do Brasil no *ranking* caiu da 70ª em 2006 para a 75ª em 2007. Em termos de comparação, o Chile (IDH de 0,878, ocupando a 44ª posição no *ranking*), Argentina (0,866, ocupando a 49ª posição) e Uruguai (0,865, ocupando a 50ª posição) têm IDH bem superiores ao do Brasil.

- Focar a atenção em medidas que garantam a continuidade em um ritmo mais acelerado da melhora da escolaridade média da população brasileira;
- Intensificar os esforços em investimento de infraestrutura para oferecer melhores condições de vida da população.



Confederação Nacional da Indústria
Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen
CEP: 70040-903 - Brasília-DF Fone: (61) 3317-9000
www.cni.org.br